

POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ DA SPVEA À NOVA REPÚBLICA

PUBLIC POLICIES OF THE FEDERAL GOVERNMENT IN THE STATE OF PARÁ AT PRESENT TIME: FROM SPVEA TO THE NEW REPUBLIC

Pere Petit¹

Endereço profissional: PPHIS-UFPA, rua Augusto Corrêa, 01, Campus
Universitário do Guamá, Belém-Pará, Brasil – CEP: 66075-110.

E-mail: petitpere@hotmail.com.

Resumo: Estas páginas, que se alimentam de fontes oficiais, historiográficas e hemerográficas, no recorte histórico da História do Tempo Presente e na perspectiva metodológica dos estudos de história regional e análise do discurso, pretendem contribuir nos estudos sobre os impactos das políticas públicas do governo federal no estado do Pará, desde meados do século XX até a atualidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Amazônia; Estado do Pará.

Abstract: These pages, which draw on official, historiographic and hemerographic sources, on the historical clipping of the History of Present Time and on the methodological perspective of the regional history studies and discourse analysis, aim to contribute to the studies on the impacts of the public policies of the federal government in the state of Pará, from the mid-20th century to the present.

Keywords: Public Policy; Amazonia; Estado do Pará.

1 Graduação em Geografia e História pela Universitat de Barcelona. Mestrado em História de América Contemporânea pela Universidad Central de Venezuela. Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado na Universidad de Salamanca-Espanha. Docente dos Programas de Pós-graduação em História Social da Amazônia (Belém/UFPA), Linguagens e Saberes na Amazônia (Bragança/UFPA) e História (Marabá/Unifesspa). Presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

A economia paraense e os projetos de desenvolvimento regional na Amazônia

A história econômica do estado do Pará desde meados do século XIX até os dias de hoje poderia ser subdividida em quatro períodos: 1) ciclo da borracha, 1850-1912; 2) fase de declínio econômico e estagnação demográfica, 1913-1940; 3) crescimento econômico moderado, a partir dos anos 1940 até finais da década de 1960; 4) inícios de 1970 até os dias de hoje, expansão das atividades de mineração, agrícolas, pecuárias, extração de madeira, construção de hidrelétricas e desmatamento da floresta nativa. Todas essas fases foram grandemente influenciadas pela maior ou menor demanda internacional de matérias-primas da região, seja a das riquezas da floresta e do subsolo nas jazidas minerais descobertas e exploradas no Pará. A última fase apresenta ainda a crescente integração da economia regional ao mercado nacional.

Entre as mudanças ocorridas na economia paraense durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, são de destacar o segundo curto e último ciclo da borracha (1943-1945), no marco dos acordos de cooperação militar e econômica entre os governos dos Estados Unidos da América (EUA), Grã-Bretanha e o Brasil, que ficaram conhecidos como os Acordos de Washington; o aumento da produção agrícola para o mercado regional e das culturas de juta e pimenta-do-reino destinadas ao mercado nacional e internacional (ambas introduzidas na região por imigrantes japoneses); o incremento das exportações de castanha e madeira e a consolidação, em Belém, de um pequeno parque industrial formado por empresas com um número reduzido de empregados.

O modelo econômico-liberal, predominante em alguns países industrializados da Europa e nos EUA, entraria em colapso nos anos 1930, em decorrência da crise econômica na qual se submergiram os principais países capitalistas após o *crack* da bolsa de Nova York de 1929. A crise econômica internacional e as mudanças políticas ocorridas em alguns países latino-americanos na década de 1930, favoreceram a crescente intervenção do Estado em suas respectivas economias nacionais, sobretudo nos grandes países da região (Brasil, México e Argentina), estimulando o processo de industrialização pela via da substituição de importações: substituir por produtos nacionais parte das manufaturas adquiridas anteriormente dos países industrializados.

Após a golpe de Estado de 1937 que instauraria o Estado Novo, o governo presidido por Getúlio Vargas incentivou os discursos e alguns projetos, especialmente agrícolas e rodoviários, destinados à ocupação do sertão brasileiro, especialmente do Planalto Central, através do programa denominado *Marcha para o Oeste*. Segundo Lucia Lippi Oliveira: “A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de

um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação”.² A primeira vez que Getúlio Vargas se referiu publicamente à Marcha para o Oeste foi no dia 31 de dezembro de 1937 na “Saudação aos Brasileiros”. Vejamos, a seguir, algumas palavras desse discurso:

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste [...]. E lá teremos de ir buscar: – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. Para tanto, empenharemos todas as energias disponíveis. Não será, certamente, obra de uma única geração, mas é a que tem de ser feita, e ao seu início queremos, por isso, consagrar o melhor dos nossos esforços.³

Outro pronunciamento público de Getúlio Vargas de enorme importância simbólica visando a ocupação humana dos “espaços vazios” do país, foi o seu discurso durante a inauguração da associação “Cruzada rumo ao Oeste”, ato realizado em Goiânia, no dia 8 de agosto de 1940:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste [...]. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial.⁴

2 OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política&Sociedade*, nº 12. Florianópolis, 2008, p. 16.

3 VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938; Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937. In: *A Nova Política do Brasil*. Biblioteca da Presidência da República, p. 124. Disponível em: [file:///C:/Users/petit/Downloads/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/petit/Downloads/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V%20(1).pdf). Acesso: 10/12/2018.

4 VARGAS, Getúlio. Discurso 08 de agosto de 1940 - Cruzada rumo ao oeste - improviso inaugurando, em Goiânia, a associação cívica "Cruzada rumo ao oeste". Biblioteca da Presidência da República, pp. 31-32. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/25.pdf/view>. Acesso: 10/12/2018.

De Goiânia para Manaus dois meses depois, no seu discurso “O destino brasileiro do Amazonas”, Getúlio Vargas, após criticar a dependência econômica da região às atividades extrativistas, especialmente do “ouro negro e da castanha que consumiram tantas vidas preciosas”,⁵ sugere:

...adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes [...], retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado [...]. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto [...]. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados.⁶

Os projetos de criar colônias agrícolas e novos núcleos urbanos na Região Norte demorariam ainda alguns anos, inclusive pela participação do Brasil nos “esforços de guerra” cuja prioridade econômica foi reativar a produção de borracha na Amazônia. Segundo informações do Banco de Crédito da Borracha – banco criado em 1942 com ajuda financeira do governo dos Estados Unidos –, entre 1943 e 1946 o Brasil exportou para os EUA 56 mil toneladas de borracha⁷. É importante destacar também o impacto econômico, social e cultural na Amazônia brasileira da chegada de milhares de nordestinos, muitos deles como “soldados da borracha”, desde janeiro de 1943 até 1945.⁸

Após o fim da II Guerra Mundial, muitos seringais da Amazônia foram novamente abandonados, permanecendo na região muitos dos *soldados da borracha*. Os que se fixaram no Pará, optaram principalmente por Belém, Santarém e pela região Bragantina. Neste último caso, alguns deles receberam terra e apoio econômico do governo estadual que pretendia, assim, incrementar as atividades agrícolas nos municípios dessa região paraense.

Acompanhando as transformações econômicas, demográficas e políticas no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, entre elas o incremento da intervenção do Estado na economia nacional, as propostas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instituição criada pelas Nações Unidas em 1948, também

5 VARGAS, Getúlio [09 de outubro de 1940]. O destino brasileiro do Amazonas – discurso pronunciado no Ideal Club, de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor e pelas classes conservadoras do estado. Biblioteca da Presidência da República, p. 78. Disponível em: [file:///C:/Users/petit/Downloads/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/petit/Downloads/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V%20(1).pdf). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf/view>. Acesso: 13/10/2018.

6 Idem, pp. 77-79 e 81.

7 Relatório do Banco de Crédito da Borracha; apud SILVA, Moacir Fecury Ferreira da. Do Regional ao Nacional: Pará (1850/1914). Tese de doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1996, p. 329.

8 As cifras de nordestinos, principalmente cearenses, que se dirigiram à Amazônia entre 1942 e 1945, são estimadas em cerca de 100 mil, dos quais uns 25 mil com ajuda dos EUA (cf. OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. “Ocupação humana”. In: SALATI, Êneas et al., Amazônia: Desenvolvimento, Integração, Ecologia. Brasília/São Paulo: CNPq-Brasiliense, 1983, p. 267.

contribuíram para a definição, no Brasil, do modelo econômico que se convencionou chamar de nacional-desenvolvimentista, baseado no incentivo à industrialização e modernização das atividades primárias na perspectiva de superar o atraso e a *situação periférica* do país no mundo. É preciso dizer ainda que os estudos e propostas da Cepal não somente orientaram as políticas desenvolvimentistas de alguns países latino-americanos, mas também estimularam as discussões a respeito das desigualdades socioeconômicas inter-regionais no seio de alguns deles, especialmente no Brasil, e da validade da utilização dos conceitos cepalinos, como os de *centro* e *periferia*, com o intuito de propor as alternativas para mudar essa situação.

A divulgação das Contas Nacionais de 1951-1952, nas quais se apresentavam informações do incremento das desigualdades socioeconômicas existentes no país entre a Região Sudeste e as restantes regiões brasileiras, serviu de argumento para os que propunham que o governo federal apresentasse alternativas para alavancar o desenvolvimento econômico das regiões “atrasadas” ou “periféricas” do país. Nesse contexto deve ser inserida a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), e, em 1959, da Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cujos planos de desenvolvimento econômico foram direcionados, nos seus respectivos territórios de atuação, a estimular a modernização das atividades agropecuárias e subsidiar a instalação de novas indústrias. Esses objetivos já tinham sido motivo de disputas e decisões após o fim do Estado Novo, especialmente durante a elaboração da Constituição de 1946, resultando daí a inclusão, no texto constitucional, da proposta, apresentada pelo deputado federal do Estado do Amazonas, Leopoldo Peres (PSD), de destinar 3% das rendas tributárias da União e dos estados, territórios e municípios da Região Norte a e à execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia num período não inferior a 20 anos.⁹ É importante anotar também que em 1950, no final do mandato do Marechal Dutra na Presidência da República, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia, a fim de diversificar as atividades financeiras do banco até então praticamente restritas à produção e comercialização de borracha.

A Câmara Federal do Brasil, em sessão realizada no dia 14 de dezembro de 1952, aprovou a proposta do Senado de que o presidente da Spvea fosse escolhido pelos senadores e, posteriormente, tivesse seu nome ratificado pelo presidente da República. Porém, Getúlio Vargas, ao sancionar a Lei que criaria a Spvea, vetou essa proposta. Em fevereiro de 1953, o Congresso aceitou o veto de Getúlio Vargas e o responsável pela Spvea passaria a ser nomeado pelo presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional aprovar os projetos e orçamento da Spvea¹⁰. Em 21 de setembro de 1953, a

9 CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 1986, p. 295.

10 ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 19. Rio de Janeiro, junho de 1992, p. 48.

Spvea foi formalmente instalada em Belém, sendo nomeado como seu primeiro presidente o professor e historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis.

Na delimitação da área de atuação da Spvea para fins de planejamento regional, denominada *Amazônia Legal*, estavam inseridos os estados do Pará e do Amazonas, os territórios federais da Região Norte (Acre, Amapá, Guaporé¹¹ e Rio Branco¹²), mais a região ocidental do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°), parte do Estado de Mato Grosso (ao norte do paralelo de 16°) e o território do estado de Goiás (ao norte do paralelo 13), que hoje corresponde ao Estado do Tocantins. Inicialmente, pretendia-se que a área de atuação da Spvea ficasse restrita aos estados e territórios federais da Região Norte, porém...

[...] os legisladores, vários deles desejosos de beneficiar seus Estados ou áreas de seu eleitorado, dilataram brutalmente os limites oficiais da região, criando a chamada “Amazônia Legal”, com 5.035.070 km², isto é, 59% da área do Brasil. Jamais, em qualquer país do mundo, um departamento de planificação regional teve a seu encargo uma superfície tão vasta!¹³

O primeiro plano da Spvea, denominado Programa de Emergência foi aprovado pelo Congresso Nacional em fevereiro de 1954. Poucos meses depois, foi apresentado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. No artigo 1º desse plano indicava-se que suas ações seriam orientadas a “incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País”¹⁴. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia serviria de modelo para a elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1955-1959), apresentado ao Congresso Nacional em 1955.

A construção da nova capital do país em Brasília e da rodovia Belém-Brasília foram as duas principais medidas orientadas a integrar os estados e territórios da Amazônia Legal ao projeto nacional-desenvolvimentista. Segundo o presidente Juscelino Kubitschek:

Está o Governo convicto de que a construção da rodovia Belém-Brasília [...] irá contribuir extraordinariamente para a valorização da Bacia Amazônica. A ligação por ela estabelecida entre o extremo Norte, o Centro

11 Em 1956, o Território Federal do Guaporé passou ser denominado Território Federal de Rondônia, sendo transformado em estado de Rondônia em janeiro de 1982.

12 O Território Federal do Rio Branco foi desmembrado do estado do Amazonas em setembro de 1943, sendo modificado seu nome para Território Federal de Roraima em 1962, sendo transformado em estado de Roraima em 1988.

13 VALVERDE, Orlando. Dos grandes lagos sul-americanos aos grandes eixos rodoviários. *A Amazônia Brasileira em Foco*, nº 5. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, 1971, p. 19. Em 1977, todo o território do Estado do Mato Grosso seria incluído na Amazônia Legal.

14 CAVALCANTI, Mário de Barros. *Da Spvea à Sudam (1964-1967)*. Belém: Sudam, 1967, p. 101.

e o Sul do País, num esforço épico do povo brasileiro, suscitará, na Hileia Amazônica, um surto de atividades destinadas a tornar efetiva a posse daquela área imensa faixa do território pátrio. Por outro lado, é certo que a interiorização da Capital do País funcionará como agente catalítico decisivo para o surgimento de múltiplas inversões privadas no grande vale, integrando-o positivamente no sistema econômico nacional.¹⁵

Os militares assumem a direção da Spvea e criam a Sudam (1966)

Na madrugada da terça feira dia 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, Comandante da IV Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (Minas Gerais), ordenou às tropas sob seu comando se dirigir ao Rio de Janeiro para exigir a renúncia do presidente João Goulart. O movimento militar em Minas Gerais, ainda que fosse considerado prematuro por outros oficiais e civis favoráveis à destituição de João Goulart, acelerou os acontecimentos e sob o comando dos generais Castelo Branco e Costa e Silva e dos governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, no dia 2 de abril seria formalmente liquidado o governo populista-reformista presidido por João Goulart.

No dia 1º de abril a maioria dos membros das Forças Armadas e boa parte dos governadores tinham aderido ao golpe de Estado. O vice-governador do Pará, Newton Miranda, alegando que estava esperando a definição do governador, continuava relutante em apoiar publicamente os golpistas, como foi sugerido pelo Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia. Após o governador Aurélio do Carmo, junto com a maioria das lideranças nacionais do Partido Social Democrático (PSD), optarem por apoiar o afastamento de Goulart, Newton Miranda aceitou que o seu nome fosse incluído entre os signatários do *Manifesto ao Povo do Pará* em apoio ao “movimento revolucionário”. No dia 10 de junho de 1964, os vereadores de Belém elegeram, por unanimidade, o major Alacid da Silva Nunes como prefeito da capital. Dois dias depois, a Assembleia Legislativa Paraense escolheu, também por unanimidade, como governador, o principal articulador dos militares e civis golpistas no Pará, o tenente-coronel Jarbas Gonçalves Passarinho.¹⁶

Embora tenham sido estabelecidas pela Spvea quais seriam as prioridades para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia e algumas delas efetivadas antes do golpe militar-civil de 1964, apenas seria a partir de setembro de 1966, com a criação do Banco da Amazônia S/A (BASA), em substituição do Banco de Crédito da Amazônia, e da Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam), em

15 KUBITSCHKE, Juscelino. Mensagem ao Congresso Nacional – 15 de março de 1960. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960, p. 125.

16 PETIT, Pere. Partidos e Eleições no Pará nos tempos da Ditadura Militar. In: NUNES, Paulo Giovani & LOHN, Reinaldo Lindolo & PETIT, Pere (Orgs.). Utopia e Repressão: 1968 no Brasil. Salvador: Saggá Editora, 2018, pp. 284-289.

substituição da Spvea, que se intensificaram as ações do governo federal na Amazônia Legal.

No dia 7 de abril de 1964, o general na reserva Ernesto Bandeira Coelho assumiu o cargo de Interventor da Spvea. Dois meses depois, assumia essa responsabilidade o general Mário de Barros Cavalcanti. Sob a direção de Cavalcanti, que seria o primeiro Superintendente da Sudam, foi apresentado o plano denominado Operação Amazônia (1966/67) e elaborou-se o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971) que nortearia, nesse período, as ações da Sudam.

Ainda que a maioria dos estudos que avaliam as ações da Spvea assinalam que uma das principais dificuldades para implementar os objetivos definidos pelos seus técnicos e assessores residiu no fato de que nem o governo federal, nem os governos estaduais e prefeituras da região, cumpriram a obrigação de repassar as verbas constitucionalmente fixadas para a desenvolvimento social e econômico da Amazônia Legal, para o general Barros Cavalcanti, que não escondia as suas escassas simpatias para com os seus antecessores na direção do órgão, os problemas da Spvea eram também “políticos”:

Encontramos a Spvea como uma instituição falha e desorganizada, incapaz por isso de cumprir as suas finalidades [...]. Essa situação caótica, a contar da sua implantação [...], a formação em torno da Spvea de sucessivos grupos político-partidários, que [a] desnaturaram. Tal clima permitiu toda sorte de desmandos, tais como: desvios de verbas, favoritismos políticos, regionalismo estadual e municipalista, ascensão de grupos inescrupulosos, concessões graciosas, empreguismo, investimento desordenado de recursos, inoperância administrativa, desfalques, enfim, um vasto campo de negociatas e irresponsabilidades sob as mais variadas formas [...], gerando o descrédito do Órgão perante a opinião pública local e nacional.¹⁷

Segundo o relatório apresentado pela Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos Limitada (Brastec) – empresa de consultoria contratada pelo Banco de Crédito da Amazônia para fornecer subsídios para reformular a política econômica nacional da borracha –, vincular o desenvolvimento econômico da Amazônia às atividades extrativas, sobretudo borracha e castanha, foi o erro mais grave da política de desenvolvimento econômico da região no período de atuação da Spvea. O relatório da Brastec, intitulado *Desenvolvimento Econômico da Amazônia*, converter-se-ia num dos principais documentos utilizados pelo Grupo de Trabalho da Amazônia, vinculado ao Ministério do Planejamento para sustentar a necessidade de extinguir a Spvea, criar a Sudam e definir os objetivos do I Plano Quinquenal da Amazônia (1967-1971). Nesse

17 CAVALCANTI, Mário de Barros. Op. cit., pp. 46-47.

relatório podemos ler:

[...] o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico da Amazônia é o fato de ser um território escasso e esparsamente povoado, com uma população analfabeta, conservando, em grande parte, as características de economia pré-capitalista, semi-isolada em relação aos grandes centros urbanos da Região, empregando métodos primitivos de produção no extrativismo florestal em uma agricultura nômade [...]. Enquanto a Região continuar na dependência de atividades primárias de baixa produtividade, não se conseguirá elevar o padrão de vida das populações locais e integrar a economia regional na economia nacional.¹⁸

Os projetos de desenvolvimento econômico implementados pelos governos militares na Amazônia não podem ser vislumbrados apenas em seus aspectos socioeconômicos, para a cúpula das Forças Armadas a Amazônia era também, ou principalmente, um *problema geopolítico*. A necessidade de estimular as atividades econômicas e ocupação humana da Amazônia, além de outras decisões estritamente militares ou político-administrativas para garantir a “posse desse imenso espaço vazio”, também tinha por finalidade evitar a “cobiça internacional” sobre a região; isto é, a ameaça de perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional pela ação de outros países e prevenir também que se instalassem na região focos guerrilheiros, “nacionais” ou “estrangeiros”. Numa palestra do general Afonso Augusto Albuquerque Lima, após enumerar os riscos que existiam numa interferência de outros países na Amazônia brasileira, motivada pelo acelerado crescimento demográfico de determinados países e pelo seu interesse nas riquezas naturais da região, o Ministro do Interior manifestava:

Há indiscutivelmente, poderosos interesses e pressões potenciais externas e internas que incidem sobre a Amazônia e, na minha compreensão, naquela área, ainda não integrada na Nação Brasileira, precisamos desde já tomar medidas capazes de aumentar o poder de resistência. Ninguém pode negar que esta ponderável parcela do território brasileiro já sofre um processo de pressão potencial que, no tempo, se acelerará cada vez mais.¹⁹

Após mencionar que “essas pressões em estado potencial, de origem interna e externa”, foram favorecidas pelo aumento dos desníveis econômicos entre a Amazônia e a área de maior concentração industrial, o Centro-Sul, Albuquerque Lima assinalava que era necessário eliminar as causas desse desequilíbrio, “atenuando-se os desníveis

18 BASA. Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Redação Preliminar Relatório Apresentado ao Banco de Crédito da Amazônia, pela Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos –Brastec). Belém: BASA, 1967, pp. 277 e 285.

19 LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no Desenvolvimento e na Ocupação da Amazônia (Conferência pronunciada pelo Ministro do Interior, em 6 de maio de 1968, no II Fórum sobre Amazônia). In: Problemática da Amazônia. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971, p. 22.

existentes, transformando-se em causa comum o deslocamento, rumo ao norte, das nossas fronteiras econômicas, realizando-se, em uma palavra, a grande obra da integração nacional”²⁰.

Em 1966, em circular assinada pelo presidente da Spvea e dirigida ao presidente da República Castelo Branco, à qual se anexava o projeto de lei que criaria a Sudam, após justificar a necessidade de extinguir a Spvea e criar um novo órgão de planejamento na Amazônia Legal, Barros Cavalcanti resumia a necessidade de ampliar a intervenção do Estado brasileiro na região sob os argumentos de que a Amazônia, diferentemente de outras regiões do país, era considerada:

- um imenso vazio demográfico que se oferece à tentação mundial como possível área de ‘reserva’, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional;
- uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais;
- o extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividades econômicas.²¹

Com o intuito de reverter essa situação, o então presidente da Spvea propunha:

- concentração de recursos em áreas selecionadas;
- formação de grupos populacionais estáveis;
- adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteira;
- aumento da produtividade de economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável [...];
- ampliação conjunta de recursos federais [...], ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;
- adoção de política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de: I) assegurar a elevação da taxa de reinversão na Região dos recursos nela gerados; II) atrair investimentos nacionais e estrangeiros.²²

Em 1965, os partidários da “Revolução” escolheram o prefeito Alacid Nunes como candidato a governador do Pará. Para tanto, Alacid Nunes filiou-se à UDN, e o PTB, cujos deputados estaduais colaboravam com o governo de Jarbas Passarinho, indicou Renato Franco como candidato a vice-governador. O candidato escolhido pelo

20 Idem, p. 23.

21 CAVALCANTI, Mário de Barros. Op. cit., p. 659.

22 Idem, p. 101.

PSD foi o marechal, ex-governador e então senador Zacarias de Assumpção. Alacid Nunes, com o apoio do governador e da coligação de partidos integrada pela UDN, o PTB, o PDC e o PR, venceu o pleito eleitoral no dia 3 de outubro sem muitas dificuldades somando um total de 163.527 votos contra 67.166 obtidos por Zacarias de Assumpção.²³ Em entrevista realizada no ano de 2014 em Belém, Alacid Nunes nos relatou suas viagens a Porto Alegre e São Paulo para atrair investimentos para o Pará:

Eu assumi o governo em 1966. Em 67, um ano depois, eu resolvi fazer uma viagem de Belém a Porto Alegre, que eu chamei de missão econômica. Com o objetivo de divulgar o Pará, o seu potencial, as indústrias que já existiam aqui. Em fim, mostrar um pouco do Pará lá fora. Realizei essa viagem com empresários e equipe de governo, técnicos que faziam palestras nessas capitais. E era importante que a gente sentisse que, por exemplo, em Porto Alegre e São Paulo, nós tivemos que fazer mais de uma palestra, porque o pessoal exigia que a gente também transmitisse esses conhecimentos a outros setores além daquele que a gente tinha determinado, que era o apoio da Federação da Indústria de São Paulo, fizemos na Federação da Agricultura, a mesma coisa aconteceu em Porto Alegre [...]. Nós, na verdade, mostramos o Pará e conseguimos com isso atrair capitais de fora, que se implantaram e até hoje estão no nosso território.²⁴

Os planos de desenvolvimento e as “vantagens comparativas” da Amazônia

Subdividimos as políticas públicas dos governos militares nos territórios da Amazônia Legal a partir da criação da Sudam até 1985, em três momentos diferentes, ainda que todos eles alimentados pelos objetivos geopolíticos e pela ideia da Amazônia como território “vazio” a ser ocupado e utilizado para o “desenvolvimento nacional”. O primeiro foi pautado pela mudança, em 1966, da política de incentivos fiscais que ampliava a política de substituição de importações, até então restrita às atividades industriais, para projetos agropecuários, com o intuito de diminuir na região a preponderância das atividades extrativas e da agricultura de subsistência, ambas consideradas, junto ao sistema de aviação, como principais responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico da região e da sua escassa integração ao mercado nacional. No segundo momento, entre 1970 e 1974, durante o mandato na presidência da República do general Garrastazu Médici, foi dada prioridade aos projetos de colonização na Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre, entretanto diminuía, especialmente entre 1972 e 1974, as ajudas

23 PETIT, Pere. Op. cit., p. 291.

24 A entrevista a Alacid Nunes foi realizada, em Belém, por Pere Petit, Raimundo Amilson Pinheiro e Telma Saraiva no dia 20 de março de 2014.

econômicas do governo federal para projetos agropecuários e, sobretudo, industriais. No terceiro momento, a partir de meados dos anos 1970, o governo federal, em substituição ao modelo cepalista que inspirou os discursos e as práticas da Spvea e as desenvolvidas nos primeiros anos de existência da Sudam, orientou sua intervenção econômica baseado nas *vantagens comparativas* de que dispunha a Amazônia em relação a outras regiões do país.

Entre os planos de desenvolvimento econômico aprovados na década de 1970 que tiveram especial influência na Amazônia, cabe destacar o Plano de Integração Nacional (PIN), de junho de 1970, que tinha como uma das suas metas financiar as obras de infraestrutura destinadas a facilitar o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene, entre elas a construção da Transamazônica e o Plano de Irrigação do Nordeste, e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972-1974; e, sobretudo, as diretrizes do II PND para o período de 1975 a 1979. Planos que orientaram os objetivos a serem alcançados na Amazônia Legal através do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) – 1972-1974 – e no II PDA – 1975-1979. Vejamos, a seguir, alguns dos objetivos definidos no I PDA, recordando que ainda estávamos nos tempos do denominado *milagre brasileiro*, cujo desfecho deve ser creditado principalmente ao incremento das atividades econômicas na Região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo.

As conquistas essenciais, quanto à Amazônia, propostas pelo Governo Federal, referem-se à utilização de uma estratégia que promova o progresso de novas áreas de ocupação de espaços vazios e integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação da Amazônia [...]. O crescimento do polo de desenvolvimento do País (eixo Rio-São Paulo) tenderia em determinado tempo a estacionar e/ou mesmo estagnar, se não estivesse direta e facilmente ligado a uma região fornecedora de matérias-primas [...]. A Expansão de um mercado interno é indispensável para impulsionar este crescimento. A conquista planejada e coordenada dos espaços vazios amazônicos trará, como consequência, a extensão da fronteira econômica e a ampliação do mercado interno, pela integração econômica e social da Amazônia ao Sudeste brasileiro.²⁵

Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, lida no dia 31 de março de 1970, o presidente Médici defendeu os planos do seu governo para a Amazônia com as seguintes palavras: “Consolidar a ocupação da Amazônia [...], representa outro objetivo fundamental do Governo, possibilitando, destarte, a crescente integração daquela vasta área às demais regiões do País”.²⁶ Observemos como o presidente Médici sustentava esses objetivos em discurso proferido na reunião extraordinária da Sudam realizada, no

25 SUDAM. I Plano de Desenvolvimento da Amazônia: 1972-1974. Ministério do Interior, 1971, pp. 13-14.

26 MÉDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente da República – 31 de Março de 1970. Imprensa Nacional, 1970, p. 46.

dia oito de outubro de 1970, na cidade de Manaus:

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infraestrutura socioeconômica [...]. Seria insensato realizar, aqui e nesta hora, um grande projeto de desenvolvimento puramente regional, que desviasse poupanças e créditos capazes de gerar riquezas maiores e mais rápidas noutras regiões. Muito mais insensato seria, no entanto, ignorar a Amazônia, usando rígidos critérios de prioridade econômica e deixá-la ficar no passado e ainda envolta no mistério, sempre vulnerável à infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante que se alimenta e se fermenta em nossa incúria.²⁷

No II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a ser aplicado até o fim do mandato do presidente Geisel (1979), foi definida a contribuição de cada uma das regiões, através das suas respectivas *vantagens comparativas* ao desenvolvimento do país. A respeito da Amazônia, os autores do II PND, após recordar que o Brasil é um dos poucos países do mundo ainda com ampla disponibilidade de espaço, informavam que..

[...] a ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agropecuária, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola [...]. Utilização dos eixos naturais de penetração para a Amazônia e Centro-Oeste, e, principalmente, os importantes fluxos já caracterizados: o originário do Paraná e de São Paulo, passando por Mato Grosso e encaminhando-se para Rondônia; o que, proveniente da mesma origem, se dirige para o norte de Goiás e sul do Pará; e o que, vindo do Nordeste, passa pelo Piauí e Maranhão, em busca do Planalto Central ou do sul do Pará [...]. A conjugação desses dois critérios leva a identificação de três tipos de programas, que não se excluem mutuamente: Programas de Aproveitamento Integrado de Vales (Tocantins-Araguaia, Tapajós, Xingu), Programas Setoriais de Base Empresarial e Programas de Colonização ao longo dos Novos Eixos Viários (Transamazônica, Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém). Os principais programas setoriais a desenvolver são: pecuária de corte, extração e industrialização da madeira, mineração e indústrias eletrolíticas [...]. Em consonância com a orientação definida, a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste deverá realizar-se através dos seguintes campos de atuação:

I - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia [...].

II - Complexo Minero-Metalúrgico da Amazônia Oriental,

27 MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da Sudam (Manaus, outubro de 1970). A Amazônia Brasileira em Foco, nº 5. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, 1971, pp. 13-14.

compreendendo o esquema integrado Carajás–Itaqui (minério de ferro e siderurgia), o conjunto bauxita-alumina-alumínio (Trombetas-Belém) e inúmeros outros empreendimentos associados ao aproveitamento do potencial hidrelétrico da região Araguaia-Tocantins (São Felix e Tucuruí) [...].

III - Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia, objetivando, principalmente, transformar a exploração madeireira numa atividade planejada, institucionalizada e permanente.²⁸

Incentivos fiscais para a ampliação dos latifúndios

A política de incentivos fiscais para a Amazônia²⁹ foi aprovada em 1963 durante o governo de João Goulart, mas somente no ano seguinte, já vigente o regime autoritário-militar, que os primeiros projetos começariam a serem instalados. Num primeiro momento, os incentivos fiscais foram destinados a estimular as atividades industriais na Amazônia Legal, especialmente na área metropolitana de Belém, sendo os principais beneficiários os empresários locais. Em outubro de 1966 (Lei nº 5.174, 27/10/66) foi reformulada a política de incentivos fiscais com o intuito de estender esses benefícios a projetos agropecuários.

Até 1981, segundo dados da Sudam, 602 projetos – 346 agropecuários, 191 industriais e 65 projetos diversos – tinham sido aprovados para serem contemplados pelos benefícios oferecidos pela lei de incentivos fiscais.³⁰ O total de projetos agropecuários em andamento somavam cerca de oito milhões de hectares, das quais cerca de cinco milhões para os 184 projetos no Mato Grosso, e 1,8 milhões de hectares nos 105 projetos em funcionamento no Pará. Entre 1975 e 1989, a Sudam aprovou 1.199 projetos para serem desenvolvidos no Pará: 638 agropecuários; 68, agroindustriais; 397, industriais; 49, setoriais; e 47, para serviços básicos.³¹

Em 1960, existiam no Pará 33 estabelecimentos rurais com mais de 10.000 hectares. Vinte anos depois, já eram 199, ocupando 35,7% das áreas agrícolas cadastradas, enquanto 1,5% das terras agrícolas repartia-se entre 81.048 camponeses com propriedades de menos de 10 hectares.³² Segundo dados do governo paraense, em 1980, menos de 1% dos estabelecimentos existentes no estado dispunham de 58% da área total, empregando somente 3% da população economicamente ativa do setor agrícola, enquanto os restantes 99%, que hoje denominamos de agricultura familiar,

28 República Federativa do Brasil: II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, 1974.

29 Imposto de renda não pago à Receita Federal com a condição de que parte do seu montante fosse investido em projetos econômicos na Amazônia Legal.

30 SUDAM. Sudam 15 Anos: 1966-81. Belém: Ministério do Interior/Sudam, 1982, p. 510.

31 IDESP. Estatísticas Especiais. Produto Interno Bruto do Estado do Pará: 1975-1987. Belém: Idesp, 1990, p. 23.

32 LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. História social e econômica da Amazônia. Estudos e Problemas Amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais. Belém: Idesp, 1989, p. 49.

ocupavam 42% da área e 97% das pessoas ocupadas no setor agrícola.³³ Em 1985, já eram 451 os imóveis rurais com área igual ou superior a 10 mil hectares no Pará.³⁴

A maioria dos incentivos fiscais concedidos a projetos agropecuários beneficiaram grandes proprietários de terra e empresas de outras regiões do país, mas também foram utilizados por latifundiários da Amazônia com o intuito de incrementar o número de suas propriedades rurais ou “modernizar” outras. Por exemplo, as famílias oligárquicas que controlavam a produção de castanha-do-pará no sudeste do Pará, intensificaram o desmatamento de áreas de castanhais para o plantio de capim para a criação de gado bovino, tentando, assim, garantir a posse dessas terras ao converterem os antigos aforamentos em títulos definitivos.

A reduzidíssima produtividade de boa parte dos grandes latifúndios existentes na Amazônia Legal permite questionar outro dos aspectos que a denominada “modernização agrícola” proporcionou a essa região. Por exemplo, em meados dos anos 1980, os pequenos produtores do Pará e do Amapá com propriedades inferiores a 100 hectares, mesmo sem quase nenhuma ajuda oficial e ocupando apenas 20,3% das terras agrícolas, forneciam 68% do valor total da produção agropecuária desses dois estados. Se forem considerados apenas os alimentos básicos, como arroz, milho e feijão, tal porcentagem eleva-se para 80%. Os pequenos produtores eram também os principais responsáveis pelo fornecimento de pimenta-do-reino, cacau e matérias-primas industriais, como a juta, malva e algodão.³⁵

A União assume o controle das terras do Pará e planeja a construção da Transamazônica

A progressiva transferência pelo governo federal de boa parte do território do estado do Pará ao controle da União foi umas das decisões que maior influência exerceram no enfraquecimento do poder político-administrativo e econômico dos governos paraenses nos anos 1970 e 1980. Em 1983, cerca de 70% (881.601,2 km²) do território do Estado do Pará (1.253.164,5 km²) estava sob a responsabilidade das Forças Armadas e órgãos e instituições controladas pelo governo federal. Entre elas a faixa de fronteira, as reservas indígenas e florestais, a área de ação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), e os territórios incluídos nos diversos projetos do Programa Grande Carajás no Pará. Em 1971, através do decreto-lei nº 1.164, a União assumiu a jurisdição de 100 km de cada margem das rodovias federais projetadas ou construídas na Amazônia. Isso significava, segundo o jornalista Otávio Mendonça, que

33 BARBALHO, Jader. Mensagem à Assembleia Legislativa – Março de 1984. Belém: Imprensa Oficial, 1984, p. 42.

34 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: A Guerra dos Mapas. Belém: Falangola, 1994, p. 225.

35 BURGER, Dietrich & KITAMURA, Paulo. Importância e viabilidade de uma pequena agricultura sustentada na Amazônia Oriental. In: G. KOHLHEPP & A. SCHRADER. (Edits.). Tubinger Geographische Studien, nº 95 (Homem e Natureza na Amazônia), 1987, p. 449.

“mais de metade do território paraense [...] passava senão ao domínio, pelos menos, à jurisdição federal”.³⁶

Durante o mandato presidencial de Garrastazu Médici, visando diminuir as tensões sociais no campo nas regiões Sul, Sudeste e, sobretudo, Nordeste, o governo federal resolveu promover a migração de milhares de camponeses para a Amazônia, oferecendo-lhes lotes de 100 hectares, por família, de terras situadas nas margens dos 2.000 km de extensão da Transamazônica, sob o lema de *Terra sem Homem para Homens sem Terra*. A meta inicial era receber 100 mil famílias de colonos e um total de 500 mil famílias num período de dez anos. Em seu discurso na reunião extraordinária da Sudam em Manaus (1970), o presidente Médici defendeu a importância dos projetos de colonização na Transamazônica com os seguintes argumentos:

Somente quem testemunhou no Nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essas paisagens de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda a sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento [...]. Tenho bem presente o espetáculo de 30 milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15 por cento da renda interna [...]. Conheço todo o drama de sua migração para o Centro-Sul, agravando as aglomerações marginalizadas das favelas [...]. E, no entanto, a Amazônia [...] poderia absorver muito mais do que toda a população atual do Brasil. Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia.³⁷

O projeto de colonização dirigida para a Transamazônica, iniciado em 1971 e paralisado em 1974, nunca alcançou as metas previstas pelo governo federal nem tampouco de muitas das famílias que abandonaram suas terras pelas promessas do governo. Entretanto, a propaganda oficial sobre a “terra prometida” favoreceu a vinda para a Amazônia, sem qualquer ajuda oficial, de milhares de camponeses sem terra e pequenos produtores rurais de outras regiões do país, boa parte dos quais acabaram ocupando, como posseiros, milhares de hectares da Amazônia, sobretudo no sudeste do Pará.

36 MENDONÇA, Otávio. Deodoro de Mendonça - Um perfil político. O Liberal, Belém, 29/10/89, p. 7.

37 MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da Sudam (Manaus, outubro de 1970). Op. cit., pp. 99-102.

“Ciclo do Minério”

O Pará é o estado brasileiro onde se localizam as maiores jazidas de minério de ferro, bauxita e cobre descobertas ou já em atividade, além de importantes reservas de manganês, ouro, níquel, prata, estanho e caulim. Não foi por acaso, portanto, que foram instalados no Pará os principais projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricos da Amazônia Legal, especialmente na região de Carajás (sudeste do estado), onde se localizam as maiores jazidas de ferro e cobre descobertas no país, sem desmerecer, entre outras áreas de exploração mineral, a bauxita extraída na área no rio Trombetas (município de Oriximiná).

A partir da segunda metade dos anos 1970, a exploração e comercialização do minério de ferro e de outros minerais no Pará converteram-se no principal objetivo das políticas públicas dos governos militares na Amazônia. Com essa finalidade, e já em andamento a construção da hidrelétrica de Tucuruí e da estrada de ferro Carajás-Ponta da Madeira (São Luís do Maranhão), seria instituído o Programa Grande Carajás (PGC) no Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

A área que abrangia o PGC³⁸ era de 895.263 km² (10,5% do território nacional), ao norte do paralelo 8º, entre o delta do rio Amazonas e os rios Xingu (Pará) e Parnaíba (limite Maranhão-Piauí), incluindo-se nela parcialmente territórios dos Estados do Maranhão, do Pará e de Goiás, que depois viria se tornar o estado do Tocantins. No Pará, a área de atuação do PGC era de 522.624 km², cerca de 40% de todo seu território.³⁹ O PGC não ficaria restrito à pesquisa, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização e transporte do minério, assumiria também a responsabilidade de incentivar atividades agropecuárias e agroindustriais, reflorestamento e beneficiamento e industrialização de madeiras e aproveitamento de fontes energéticas.

A gestão do Programa Grande Carajás (PGC) ficou sob a responsabilidade do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e por um conselho do qual participavam representantes de diferentes ministérios do governo federal (Minas e Energia, Transporte, Indústria e Comércio, Fazenda, Justiça, Agricultura e do Trabalho), sem qualquer representação dos governos estaduais nos quais o PGC deveria atuar (Pará, Goiás e Maranhão). Em sua visita a Belém em 1982, o Ministro Delfim Netto, então Presidente do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, foi questionado por empresários e comerciantes locais a respeito de por que eles não tinham qualquer influência na definição da política econômica nacional e regional e, portanto, tampouco

38 O Programa Grande Carajás foi formalmente extinto em 1991.

39 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. cit., p. 26; e ANDRADE, Glenio Bruck de. O carvão vegetal e o Programa Grande Carajás. Pará Desenvolvimento (A Face Social dos Grandes Projetos), nº 20-21. Belém: Idesp, 1986/87, p. 40.

nas decisões do PGC. Na ocasião, o empresário paraense Joaquim Borges Gomes, dirigindo-se a Delfim Netto, afirmou:

Como nós, empresários paraenses, somos pequenos e impotentes política e economicamente, ficamos sempre de fora, ninguém se importa com o nosso sentir. Em primeiro lugar, pedimos vênias para solicitar sua justiça; em segundo lugar, gostaríamos de escutá-lo sobre uma ideia: como consideração ao Estado [Pará] que vai ficar com um grande buraco em seu território, a Associação Comercial do Pará – entidade com mais de cem anos de funcionamento ininterrupto – a Federação do Comércio do Pará, a Federação da Indústria do Pará e a Federação Rural do Pará teriam assento nesse colegiado. Não teriam direito a voto, mas poderiam ouvir e ser ouvidas. Um representante por entidade e, necessariamente, empresário ativo.⁴⁰

Esses grandes projetos econômicos, para os integrantes do governo federal, deveriam ser utilizados graças às divisas arrecadadas, para que o Brasil fizesse frente à elevada e crescente dívida externa. Isso explicaria, afora outros fatores, entre eles o próprio interesse de determinados países do “Primeiro Mundo” nas riquezas minerais da Amazônia, que apesar dos problemas de caixa do governo federal e das dificuldades econômicas do país, no final dos anos 1970 e, sobretudo, ao iniciar-se a denominada *década perdida* (anos 1980), nem a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), nem tampouco os consórcios multinacionais a ela associados, deixaram de financiar os trabalhos destinados a concluir a infraestrutura necessária para a exploração das jazidas minerais no Pará. O ministro Antônio Delfim Netto, numa entrevista concedida ao jornal de Belém, *O Liberal*, em 1982, após assegurar que “o Pará pode ficar absolutamente tranquilo: não há nenhum projeto que tenha tanta importância para o interesse nacional como o Projeto Carajás”⁴¹, declarou:

Quando tivermos Carajás a plena carga, ele representará uma exportação da ordem de 9 a 10 bilhões de dólares por ano. É um acréscimo sobre as exportações normais. Isto significa que a curva de exportação vai-se deslocar para cima e vai construir um espaço entre as importações e as exportações, que constitui o saldo da balança comercial. E é com esse saldo que nós vamos diminuir o nosso déficit em contas-correntes; e é desta forma que vamos diminuir a importância relativa da dívida externa.⁴²

A estrada de ferro Carajás–Ponta da Madeira (Parauapebas–São Luís do

40 DELFIM NETTO, Antônio. Entrevista concedida pelo Ministro Delfim Netto aos jornalistas do Grupo Liberal – Brasília, 31/08/82. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1982, p. 10.

41 Idem, p. 5.

42 Idem, p. 18.

Maranhão), com uma extensão de 892 quilômetros, foi inaugurada em 1985. Um ano depois se iniciava a exportação de ferro da Serra dos Carajás, ingressando o Pará no *ciclo econômico do minério*, que veio suplantando o anterior pautado pela extração das riquezas da floresta e pelas atividades agrícolas de subsistência.

Nos primeiros anos da década de 1970, os principais produtos do Pará destinados ao mercado internacional eram a castanha, a pimenta-do-reino e madeiras. No período de 1978 a 1984, os produtos industriais intermediários responderam por 78% do total da receita de exportação paraense, em destaque a bauxita não calcinada e a madeira serrada, que representaram, respectivamente, 21,9% e 19,7% do total.⁴³ A partir da segunda metade dos anos 1980, quando entram em operação os Projetos Ferro Carajás e a Albrás, a extração e transformação das riquezas minerais se consolidaram como a principal atividade econômica do Pará dirigida à exportação.

No primeiro semestre de 2018, 44,3% das exportações da indústria de mineração do Brasil saíram do Pará, foram 92,5 mil toneladas de minérios, ultrapassando o estado de Minas Gerais, que exportou 69,2 mil toneladas. Dos US\$ 7,123 bilhões em exportações totais do Pará no mesmo período, as indústrias de mineração e de transformação mineral respondem por 87,8% desse valor. Os principais produtos exportados pela indústria de mineração do Pará foram ferro (US\$ 3,982 bilhões), cobre (US\$ 937 milhões), bauxita (US\$ 111 milhões), níquel (US\$ 103 milhões), manganês (US\$ 95 milhões), caulim (US\$ 87 milhões), ouro (US\$ 60 milhões) e silício (US\$ 43 milhões).⁴⁴

Nasce a Nova República

No dia 15 de janeiro de 1985, os integrantes do Colégio Eleitoral votaram majoritariamente a favor da chapa do PMDB formada por Tancredo Neves e José Sarney. Com a morte de Tancredo, quem assumiria o cargo de presidente não seria nenhum opositor à ditadura, mas José Sarney, ex-governador do Maranhão pela Arena e ex-presidente do Partido Democrático Social (PDS). Nascia assim a *Nova República*, marcada pela influência no Congresso Nacional e no Governo Federal de políticos que colaboraram com a ditadura militar. O processo de consolidação do regime democrático apenas concluiria, formalmente, após ser aprovada a nova Constituição, em 1988, e realizadas as primeiras eleições diretas (sufrágio universal) para presidente da República, em 1989.

O primeiro projeto para a Amazônia apresentado pelo presidente José Sarney foi o Programa Calha Norte, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, que tinha

43 LIMA, Luís Flávio Maia. Integração regional e "enclaves fordistas" no Pará: uma abordagem geral. In: XIMENES, Tereza (Org.). Cenários da Industrialização da Amazônia. Belém: Unamaz/NAEA-UFPA, 1995, pp. 105-155.

44 O Liberal, Pará exportou 92 mil toneladas de minério este ano. Belém, 13/07/2018.

como objetivo incentivar a ocupação humana e militar de uma faixa de 160 km de largura nos limites do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia.

Em 1988, para fazer frente à pressão internacional, especialmente de países europeus, e também do emergente movimento ambientalista brasileiro que exigiam do governo ações para diminuir o crescente desmatamento da floresta amazônica, José Sarney apresentou o Programa Nossa Natureza e, em fevereiro de 1989, como resposta também ao assassinato de Chico Mendes, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela articulação, coordenação, execução e controle da política ambiental.⁴⁵ Em palavras dos assessores de José Sarney:

O posicionamento proativo na política ambiental colocou o Brasil em outro patamar perante as nações desenvolvidas e viabilizou a aprovação, pelo plenário da ONU, do Rio de Janeiro como sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficaria conhecida como RIO-92.⁴⁶

Reforma agrária e os conflitos pela terra

No IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizado em 26 de maio de 1985, o presidente da República, José Sarney, comprometeu-se, diante de mais de cinco mil trabalhadores rurais, a iniciar a esperada reforma agrária. Após ser divulgada a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os fazendeiros intensificaram as ações contra a reforma agrária e a legalização dos assentamentos dos posseiros.

Em junho de 1985, *O Liberal*, jornal de Belém, divulgou informações que um grupo de fazendeiros do sul e sudeste do Pará havia encaminhado uma carta ao Ministro da Agricultura solicitando providências para conter os posseiros e barrar o projeto de reforma agrária, pois, “se providências urgentes não forem tomadas e o governo insistir em manter seu projeto de reforma agrária muito sangue vai correr na região”.⁴⁷

Em 1985, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) calculou em 12 milhões o número de lavradores sem terra e em 170 milhões de hectares as terras ocupadas por latifúndios improdutivos.⁴⁸ No esboço do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a proposta era assentar 300 mil famílias por ano no decênio

45 O Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1992, e um ano depois seu nome passaria ser Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal.

46 Meio Ambiente no Governo Sarney. <http://www.josesarney.org/o-politico/presidente/politicas-do-governo/meio-ambiente-no-governo-sarney/>. Acesso: 15/1º/2018.

47 *O Liberal*. Fazendeiros do Araguaia ameaça com sangue a feitura da reforma. Belém, 18/06/1985.

48 HÉBETTE, Jean. A questão da terra. Estudos e Problemas Amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais. Belém: Idesp, 1989, p. 125.

1985-1995. Depois de ser modificado doze vezes, o projeto foi finalmente apresentado no dia 19 de outubro de 1985. O objetivo tornara-se então assentar a 110 mil famílias nos quatro milhões 620 mil hectares a serem desapropriados até o final daquele ano e no seguinte. Contudo:

Em janeiro de 1987 haviam sido desapropriadas, por decreto, 256 áreas, correspondendo a 1.558.949 hectares [...]. Mas, na realidade, só tinha havido emissão de posse para 101 áreas que cobriam cerca de 521.000 hectares de terras já habitadas por lavradores. E só foram assentadas, aproximadamente, 10 mil famílias [...]. Além desses resultados medíocres, a Reforma Agrária foi enterrada de vez com o Decreto 2.363, de novembro de 1987⁴⁹, que, além de extinguir o INCRA [...] acabou com qualquer esperança de se realizar a reforma agrária neste país.⁵⁰

Um dos principais problemas sociais e políticos provocados pelos modelos de desenvolvimento implementados na Amazônia pelos governos militares, foi o incremento dos conflitos agrários entre as diferentes *frentes de expansão* (latifundiários, posseiros, garimpeiros, madeireiros, mineradoras, hidrelétricas) e os camponeses locais, pescadores artesanais, povos indígenas e quilombolas. Até finais dos anos 1970, os conflitos agrários se concentravam nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, mas desde inícios da década de 1980 até hoje, foi Amazônia Legal, especialmente no Pará, onde ocorreram o maior número de conflitos agrários e assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças no país.

Entre 1971 a 2004, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 774 trabalhadores rurais foram assassinados em razão das disputas pela terra no Pará. Destes, 574 foram no sul e sudeste do estado, especialmente nas microrregiões do Araguaia, Guajarina e Marabá. Em 1991, o padre Ricardo Rezende Figueira informava que das 1.603 mortes de trabalhadores rurais e de líderes sindicais, políticos e religiosos ocorridas no Brasil, entre 1964 e 1990, 503 haviam acontecido nos municípios paraenses.⁵¹ Também em represália à luta que empreendiam em favor dos trabalhadores rurais, foram assassinadas duas das principais lideranças políticas da esquerda paraense, os deputados estaduais Paulo Fontelles (PCdoB), em junho de 1987, e João Carlos Batista (PSB), em dezembro de 1988. O pior massacre contra camponeses ocorrido no Brasil nas últimas décadas aconteceu no município de Eldorado do Carajás, no dia 17 de abril de 1996, quando 21 trabalhadores sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará. A crise política no país antes e após o golpe jurídico-parlamentar que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República, fez crescer o número de

49 O Decreto-lei nº 2.363 que extinguiu o INCRA foi assinado no dia 21 de outubro de 1987.

50 GANZER, Avelino & VENCESLAU, Paulo de Tarso. Com palmas medida. Teoria & Debate, nº 2, São Paulo, 1988, p. 14.

51 O Liberal. Crime no campo só condenou um no Pará. Belém, 18/02/91.

conflitos e assassinatos no campo, “... o combate aos conflitos no campo tiveram um enfraquecimento dentro das instituições governamentais e os grupos políticos responsáveis pelos conflitos ganharam ainda mais força”.⁵² Em 2016, foram contabilizados 1.079 conflitos e os assassinatos tiveram um aumento de 22% em comparação com o ano de 2015, o maior número de casos desde 2003: Em 2017, o Pará foi novamente o estado com maior número de assassinatos, 21 mortos, entre os quais os dez sem-terra assassinados na chacina de Pau D’Arco, município do sudeste do Pará.

Tabela 1- Assassinatos em decorrência dos conflitos agrários no Pará/Brasil: 1971-2017

Período	Brasil	Pará
1971-1974	92	29
1975-1979	237	45
1980-1984	499	100
1985-1989	641	361
1990-1994	231	70
1995-1998	219	90
1999-2002	120	45
2003-2006	189	88
2007-2010	115	45
2011-2013	99	24
2014-2017	217	39
Total	2.659	936

Fonte: Relatórios da CPT. Goiás, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino; e PETIT, Pere & PEREIRA, Airton dos Reis & PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Camponeses, Fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no Sul e no Sudeste do Estado do Pará: 1960-1990. *Tempos Históricos*, vol. 18, 2º Semestre de 2014, p. 351.

Amazônia em tempos de FHC e Lula

Nos oito anos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995 a 2002, as políticas públicas do governo federal para a Amazônia Legal, concretizados no Plano Plurianual (PPA) 1996-1999 (*Brasil em Ação*), e no PPA 2000-2003 (*Avança Brasil*), tiveram uma orientação bastante similar aos objetivos estratégicos definidos pelos governos militares, especialmente após 1974. Isto é, mais uma vez, uma ação de “modernização conservadora”, agora nos *tempos neoliberais* e de *globalização*, orientada a favorecer aos grandes grupos econômicos aproveitando as “vantagens comparativas” da região, com escassa preocupação na diminuição das

52 CPT. 2016, ano do golpe e do aumento da violência. <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3768-2016-ano-do-golpe-e-do-aumento-da-violencia-no-campo>. Acesso: 28/03/2018.

desigualdades regionais no país, na melhora das condições de vida da maioria da população amazônica e a respeito do custo ambiental dos empreendimentos públicos e privados desenvolvidos na Amazônia.⁵³

Após Luiz Inácio Lula da Silva assumir, em janeiro de 2003, a presidência da República, algumas mudanças ocorreram na orientação e implementação das políticas públicas do governo federal para a Amazônia, ainda que fossem muitas vezes contraditórias e ambiental e socialmente insuficientes. Isso ocorreu, em parte, em decorrência dos objetivos macroeconômicos do governo federal (superávit primário, superávit na balança comercial, incentivo aos setores exportadores do agronegócio), e pela disputa no governo Lula, entre os setores “neoliberais”, “nacional-desenvolvimentistas”, “desenvolvimentistas sustentáveis” e “ambientalistas”.

Além da recriação da Sudam em 2003, extinta pelo governo FHC em 2001, uma iniciativa importante para a região foi o Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado pelo governo federal em 2006, visando a minimização do desmatamento, a agregação de valor à produção regional, a estimulação do desenvolvimento com equidade e a cooperação entre os estados da região com os demais entes federados. Outra marca do governo Lula para a Amazônia foi a atuação, sob a responsabilidade da acreana Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente, especialmente pelo considerável incremento de áreas protegidas, foi a criação dos distritos florestais sustentáveis, o primeiro deles na área da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a *Lei de Gestão de Florestas Públicas*. Merecem destaque também o Plano Nacional de Mudanças do Clima, a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o incremento das operações de fiscalização do IBAMA – antes e depois da Operação Arco de Fogo – e o aumento de áreas protegidas. Medidas que dificultaram a ação dos grileiros, a extração ilegal de madeira e produção de carvão vegetal, além do desmatamento ilegal nas áreas de floresta nativa para a formação de pastagens para a criação de gado bovino e culturas agrícolas, sobretudo para o plantio de soja. Os anos com maiores índices de desmatamento foram 1977 (21,3 mil km²), 1988 (21 mil km²), 1995 (29 mil km²) e 2004 (27,4 mil km²).

A partir de 2005 a taxa de desmatamento experimenta uma tendência de desaceleração, ainda que nunca tivesse sido atingida a meta do Ministério do Meio Ambiente de zerar, em 2015, o desmatamento ilegal e a perda da área de cobertura florestal no país. Segundo informações geradas pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de agosto de 2016 a julho de 2017, foram desmatados na Amazônia 6.947 km², dos quais 2.433 no Pará (35,0%).⁵⁴

53 A respeito das políticas públicas para a Amazônia nos governos de Fernando Henrique Cardoso, consultar a dissertação de mestrado de MEIRA, Marcelo Daniel Martins. *Intervenção do Governo Federal na Amazônia: desenvolvimento regional nos governos FHC de 1995 a 2002*. Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia/PPLSA/UFGA, 2018.

54 INPE registra 6.947 km² de desmatamento na Amazônia em 2017. Publicado: 14/05/2018. <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/inpe-registra-6-947-km2-de-desmatamento-na-amazonia-em-2017>. Acesso: 27/07/2018.

Até 1970 a área desmatada acumulada na Amazônia brasileiras não ultrapassava 1% da cobertura vegetal original, em 1988, o desmatamento acumulado já havia atingido os 10% e 18%, em 2007. Em 2018, já tinham sido desmatados cerca de 800 mil km² de floresta nativa na Amazônia Legal.

As Mesorregiões paraenses que possuem maior participação nas estatísticas do desmatamento acumulado no estado até 2014, eram o Sudeste Paraense (53,24%), o Nordeste Paraense (18,25%), o Sudoeste Paraense (16,65%), o Baixo Amazonas (8,99%), a Metropolitana de Belém (1,46%) e a de Marajó (1,42%).⁵⁵

Um dos mais dos graves problemas sociais que padece o Brasil são os milhares de pessoas que são tratadas como escravas na Amazônia, sobretudo para a abertura de novas fazendas após a derrubada e queimada da floresta, favorecendo a ampliação da *frente de expansão*. Ainda que a frente de expansão seja definida como o primeiro momento de ocupação do espaço e esteja, como afirma José de Souza Martins, “mais próxima das relações servis de trabalho do que das relações propriamente capitalistas de produção”⁵⁶, as práticas de “violência nas relações de trabalho, como a escravidão por dívida, próprias da história da frente de expansão, são adotadas sem dificuldade por modernas empresas da frente pioneira”,⁵⁷ frente que se define essencialmente pela presença do capital na apropriação do território e na produção.⁵⁸

Em 1995, o governo brasileiro admitiu, pela primeira vez oficialmente, em reunião com representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a existência de trabalho escravo no país, mas somente após ser aprovado o *Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo* pelo governo Lula que se intensificaria o combate para eliminá-lo. Segundo dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil desde 2003 até 2017 já foram liberados do trabalho escravo mais de 43 mil trabalhadores. No Pará, estado que encabeça esse lamentável *ranking* nacional, foram cerca de 10 mil os trabalhadores resgatados nesse período.⁵⁹

55 VILLELA, Raphael & BUENO, Rafaela Soares. A expansão do desmatamento no Estado do Pará: População, dinâmicas territoriais e escalas de análise. Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latino-Americana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Foz do Iguaçu (PR), 17-22 de outubro de 2016.

56 MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retoma à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, vol. 6, nº 1. São Paulo: USP, maio de 1996, p. 51.

57 Idem, p. 40.

58 Para Martins, o “conjunto da informação histórica que hoje se tem sobre a frente de expansão e a frente pioneira sugere que a primeira foi a forma característica de ocupação do território durante longo período. Começou a declinar [...] em 1943 [com] a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão”. Idem, p. 43.

59 COSTA, William. Amazônia lidera número de resgates por trabalho escravo no país. Portal Amazônia, 19/10/2017. <http://portalamazonia.com/noticias/amazonia-lidera-numero-de-resgates-por-trabalho-escravo-no-pais>. Acesso: 15/12/2017.

Hidrelétricas na Amazônia

Nos últimos quarenta e três anos, 13 empreendimentos hidrelétricos de médio e grande porte foram inaugurados na Amazônia brasileira. A primeira usina hidrelétrica em atividade na região foi a Coaracy Nunes (Amapá) em 1975. Em 1977, foi inaugurada a UHE de Curuaá-Uma, situada a 70 km de Santarém, e, em 1984, a hidrelétrica de Tucuruí, ambas no Pará. A UHE de Balbina (Amazonas) iniciou as suas atividades em 1989, e um ano depois a hidrelétrica de Samuel (Rondônia). No Estado do Tocantins, em 1999, iniciava as suas atividades a UHE de Lajeado (Eduardo Magalhães) e, em 2006, a UHE Peixe Angical. A hidrelétrica de Manso (Mato Grosso) foi inaugurada no ano 2000. Em 2011, mais três hidrelétricas entraram em funcionamento na região: Dardanelos, no Mato Grosso, e Santo Antônio e Rondon II, em Rondônia. A hidrelétrica de Estreito, entre o Maranhão e Tocantins, começou a funcionar em 2012 e a de Jirau (Rondônia), em 2013.⁶⁰

Os primeiros estudos orientados a avaliar o potencial hidráulico do rio Tocantins se iniciaram em 1957, mas seria apenas em 1977, sob a responsabilidade da Eletronorte, que foi iniciada a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Para a formação de seu reservatório foram inundados cerca de 2.800 km² de terra, provocando a expulsão compulsória de comunidades indígenas e o deslocamento de umas seis mil famílias, majoritariamente vinculadas a atividades agrícolas, extrativistas e pesqueiras. É importante assinalar também o impacto cultural e econômico provocado na região pela construção das barragens ao interromper a tradicional navegação fluvial pelo rio Tocantins. No biênio 1982-1983 participaram da obra cerca de 30 mil trabalhadores e seu custo final foi estimado em 7,5 bilhões de dólares. Concluída em 1984, Tucuruí é a quarta maior hidrelétrica geradora de energia do mundo.⁶¹ A sua produção continua sendo preferencialmente destinada às empresas Albrás e Alunorte, em Barcarena, a 87 km da capital paraense (Belém), e para Alumar, em São Luís do Maranhão. Empresas que transformam a bauxita paraense em alumina/alumínio.

O baixo crescimento econômico do Brasil na década de 1980 e inícios dos anos 90 fez diminuir no país a pressão para o incremento da oferta energética. Entretanto, a partir de meados da década de 1990, ao ser iniciada uma nova fase de estabilidade e crescimento econômico, se fez imprescindível aumentar a produção de eletricidade. Como eram tempos de políticas neoliberais orientadas a diminuir o papel do Estado nas atividades econômicas, o governo de FHC incentivou a abertura do mercado energético para empresas privadas⁶², empresas que em 1998 já controlavam cerca de 50% da

60 SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da & PETIT, Pere. Hidrelétricas na Amazônia: impactos energéticos, sociais e ambientais. In: SILVA, Idelma Santiago da & et. al. (orgs.), *Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira*. Belém: Paka-Tatu, 2017, p. 309.

61 Apenas as hidrelétricas Usina de Três Gargantas (China), Usina de Itaipu (Brasil/Paraguai) e Central Hidrelétrica Simón Bolívar (Venezuela), geram mais energia que a hidrelétrica de Tucuruí.

62 No governo presidido por Collor de Mello foram privatizadas 18 empresas estatais. No setor elétrico as privatizações iniciaram-se no governo FHC, com a venda, em 1995, da empresa Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

distribuição de energia produzida no país.⁶³ O incremento do consumo de energia e a ausência de políticas consistentes de planejamento e investimentos no setor elétrico nos anos anteriores, além do processo demorado que exigem a construção das infraestruturas e funcionamento dos grandes projetos elétricos, provocaram no país a crise elétrica de finais dos anos 1990 e o apagão de 2001.

As políticas para o setor elétrico adotadas nos governos presididos por Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff não representaram rupturas significativas no modelo de gestão do setor elétrico se comparadas ao período de FHC. Entretanto, com o intuito de aumentar a produção e melhorar a distribuição da energia elétrica, duas mudanças na política energética nacional dos governos de Lula e Dilma merecem destaque. Em primeiro lugar, o extraordinário incremento de recursos públicos, especialmente através do BNDES, destinados à construção de novos projetos energéticos no país. Em segundo lugar, a prioridade ao planejamento, licenciamento e construção de novas usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia. Outros 40 projetos hidrelétricos de médio e grande porte estão em andamento ou poderão ser efetivados na Amazônia Legal até meados dos anos 2020. Exemplo paradigmático dessa nova fase é a hidrelétrica de Belo Monte (Altamira/Pará), a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo custo total já superou os 30 bilhões de reais, 80% dos quais foram financiados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para concluir...

Contamos hoje com excelentes estudos, especialmente os produzidos por pesquisadores das universidades públicas brasileiras, que nos ajudam a compreender que muitos dos atuais problemas econômicos, sociais e ambientais que padece a Amazônia são decorrentes dos modelos de “desenvolvimento” implementados na região pelos governos militares (1964-1985), os quais não foram substancialmente modificados nos governos democráticos da Nova República, que sempre estiveram orientados a favorecer a concentração de capital, terras e outras riquezas para as elites econômico-financeiras e fornecer recursos energéticos, matérias-primas e alimentos para outras regiões do Brasil e para o mercado internacional, através de atividades econômicas ambientalmente insustentáveis, apesar da crescente influência social e cultural das teses econômico-ecológicas. Grandes projetos técnico-econômicos que não alteraram a situação dependente e periférica que mantém o Pará e os outros estados da região e cujos benefícios são escassamente revertidos à melhora das condições de vida

63 FERREIRA, Carlos Kawall Leal. Privatização do setor elétrico no Brasil (2000). Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Energia_Eletrica/200002_6.html. Acesso: 25/03/2015.

da maioria dos brasileiros.

Difícilmente essa dinâmica de intervenção oriunda das instituições públicas e grupos econômicos nacionais e internacionais na Amazônia Legal será modificada no governo do presidente Jair Bolsonaro. Seus discursos ao longo da sua carreira política, na campanha eleitoral e a escolha das pessoas que integram a equipe de transição e futuros ministros, parecem indicar que as políticas públicas do seu governo para a Amazônia estarão dirigidas a estimular o avanço da fronteira agropecuária e madeireira na região agravando os conflitos sociais e acelerando o desmatamento da floresta nativa. Coerente com essa perspectiva foi a proposta de extinguir o Ministério do Meio Ambiente e integrá-lo ao Ministério da Agricultura, como intuito de acabar com o “ativismo ambiental xiita” e com a “indústria de demarcação de terras indígenas”. Da mesma lógica antiambientalista é a proposta de Jair Bolsonaro de que o Brasil abandone o Acordo de Paris (2015) e as declarações do seu futuro ministro de Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, “a mudança climática é um dogma científico influenciado pela cultura marxista [...] para sufocar o crescimento econômico nos países capitalistas democráticos e favorecer o crescimento da China”.⁶⁴ O Acordo de Paris foi ratificado pelo Congresso Nacional brasileiro, em agosto de 2016, e através do Decreto Presidencial nº 9.073 de 05/06/2017. Recordemos que Acordo de Paris, aprovado por 195 países, tem como objetivo a redução da emissão de gases de efeito estufa – principal causador do aquecimento global e das mudanças climáticas no mundo –, para evitar que o aumento da temperatura média global do planeta chegue a 2°C em relação aos níveis pré-industriais, ainda que o mais desejável seria que não superasse o limite de 1,5°C. Para essa meta seria fundamental que todos os países desenvolvessem, sem prejudicar a produção de alimentos, uma economia de baixa emissão de gases do efeito estufa.⁶⁵

Para finalizar considero importante destacar as altas taxas de crescimento demográfico ocorridas em todos os estados da Região Norte nas últimas décadas, sobretudo nos anos 1970 e 1980. O Pará continua sendo o estado mais populoso da Região Norte, ainda que desde Censo de 1991 deixasse de somar mais da metade dos habitantes da região.

64 Futuro chanceler de Bolsonaro diz que a mudança climática é "dogma marxista". iG-São Paulo, 16/11/2018. <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-11-16/chanceler-ernesto-araujo.html>. Acesso: 19/11/2018.

65 BRASIL – CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Relatório de Atividades – 2017. Brasília, dezembro de 2017. Disponível em: file:///C:/Users/petit/Downloads/ARQUIVO_PORTAL_CMMC_2637ComissaoPermanenteCMMC20171212%20(1).pdf. Acesso: 14/10/2018.

Tabela 2 - População do Pará, Região Norte e Brasil: 1950-2010

Ano	Estado do Pará	Região Norte	Brasil	R. Norte/ Brasil %
1950	1.123.273	1.844.655	51.944.397	3,6
1960	1.529.293	2.561.782	70.070.457	3,7
1970	2.167.018	3.603.860	93.139.037	3,9
1980	3.411.868	5.893.136	119.070.865	4,9
1991	5.181.570	10.257.266	146.825.475	7,2
2000	6.192.307	12.900.704	169.799.170	7,5
2010	7.588.078	15.865.678	190.732.694	8,3
2018	8.513.497	18.182.253	208.494.900	8,7

Fonte: IBGE, IX Recenseamento Geral do Brasil-1980; Censos do IBGE 1991, 2000 e 2010; IBGE, Estimativa População Brasileira 2018.

Recebido em 22 de outubro de 2018.

Aprovado em 10 de dezembro de 2018.